Feira livre e tradicional do Crato-CE: espaço educativo das africanidades no ensino de geografia

Meryelle Macedo da Silva[1]
Rafael Ferreira da Silva[2]

RESUMO

O artigo aborda a relação entre o ensino de geografia e a efetivação do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica normatizada pela Lei. 10.639/03. A compreensão da geo-história em sua forma-essência promove a consciência espacial acerca das africanidades. Diante desse contexto, refletimos sobre nosso lugar, a saber, o município do Crato, que faz parte da região do Cariri cearense. O Crato é marcado por uma geo-historicidade singular em razão das influências dos povos africanos e seus descendentes, o que repercutiu num patrimônio cultural negro, como é o caso da feira livre e tradicional. Desse modo, objetivamos analisar a feira como espaço educativo das africanidades no ensino de geografia. Fundamentados no método da afrodescendência, realizamos a pesquisa bibliográfica e a prática de campo, esta ocorrida através dos percursos urbanos, nas ruas centrais da urbe cratense, onde a feira acontecia em meados do século XIX, e posteriormente no seu atual território. Tivemos como técnicas de coleta de dados, a iconografia, através dos registros fotográficos. Vislumbramos a feira como espaço educativo por excelência em relação ao conhecimento e reconhecimento das africanidades. A Lei. 10639/03, em especial no ensino de geografia tem no espaço da feira terreno de efetivação, enquanto ação de enfrentamento do racismo, de valorização da diversidade cultural, de alcance da identidade afrodescendente e de conhecimento/reconhecimento da história e cultura africana e sua afrodescendência.

Palavras-chave: Feira livre e tradicional; Africanidades; Ensino de geografia; Lei. 10.639/03.

Crato-Ce free and traditional fair: educational space for africanities in geography teaching

ABSTRACT

The article addresses the relationship between the teaching of geography and the effectiveness of teaching african and afro-Brazilian history and culture in basic education regulated by the Law. 10.639/03. The understanding of geo-history in its essence form promotes spatial awareness about africanities. Given this context, we reflected on our place, namely, the municipality of Crato, which is part of the Cariri region of Ceará. Crato is marked by a unique geo-historicity due to the influences of the African peoples and their descendants, which has repercussions on a black cultural heritage, as is the case of the free and traditional fair. Thus, we aim to analyze the fair as an educational space for africanities in geography teaching. Based on the Afro-descendant method, we carried out bibliographic research and field practice, which took place through urban routes, in the central streets of the city, where the fair took place in the middle of the XIX century, and later in its current territory. We used data collection techniques, iconography, through photographic records. We see the fair as an educational space par excellence in terms of knowledge and recognition of africanities. Law 10639/03, especially in the teaching of geography, has a realization space in the fair, as an action to combat racism, to value cultural diversity, to reach afro-descendant identity and to know / recognize african history and culture and his african descent.

Keywords: Free and traditional fair; Africanities; Geography teaching; Law 10.639 / 03.

[1] Licenciada em Geografia, Mestre em Educação e Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará-UFC, meryellerodrigues@hotmail.com

[2] Graduando em Geografia pela Universidade Regional do Cariri-URCA, rafaelferreira688@yahoo.com.br

Introdução

Esse artigo aborda a relação entre o ensino de geografia e a efetivação do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica normatizada pela Lei. 10.639/03. Compreendemos a educação como ato político que visa à transformação social, onde incluímos a necessidade de superação do racismo como meio de equidade social. Para tanto, é preciso desvelar os saberes e fazeres da população africana e afrodescendente no Brasil, que foram invisibilizados, negados e/ou subalternizados pelo pensamento eurocêntrico que se realiza enquanto ação e prática nas instituições de ensino formais.

Como contraposição as narrativas tradicionais de cunho eurocentrado acerca dos lugares, é imprescindível criticizar a realidade em sua materialidade e imaterialidade social, tendo em vista a dimensão étnico-racial. Partindo da concepção de que africanas/os e afrodescendentes foram preponderantes para formação social brasileira, através da transferência de conhecimentos especializados no período afro diaspórico, nos importa conhecer e reconhecer as matrizes culturais africanas presentes nos espaços vividos. Os artefatos da cultura negra constituem as africanidades e representam as afrodescendências dos lugares.

A compreensão da geo-história em sua forma-essência promove a consciência espacial, uma das finalidades do ensino de geografia. Ser consciente espacialmente significa também intervir socialmente na realidade, almejando sua transformação. Ensinar geografia é mediar o conhecimento do mundo e do lugar no mundo, o que deve realizar-se em consideração a etnicidade. Alunas/os negras/os e não negras/os precisam conhecer a diversidade cultural, bem como a cultura específica dos grupos sociais formativos, para superar concepções eurocentradas.

Diante desse contexto, refletimos sobre nosso lugar e suas africanidades, a saber, o município do Crato, que faz parte da região do Cariri cearense. O Crato é marcado por uma geo-historicidade singular em razão das influências dos povos africanos e seus descendentes, o que repercutiu num patrimônio cultural negro, como é o caso da feira livre e tradicional. Assim, objetivamos analisar a feira do Crato como espaço educativo das africanidades no ensino de geografia. Para tanto, tivemos como método de pesquisa a afrodescendência desenvolvida por Cunha Junior (2013), que propicia a/ao pesquisadora/or a inserção na ambiência pesquisada como parte da realidade, tendo como finalidade a ação política de transformação social, visibilizando a população negra e suas produções históricas e culturais.

Fundamentados no método da afrodescendência, realizamos a pesquisa bibliográfica e a prática de campo. No que se refere à pesquisa bibliográfica, tivemos como base, narrativas de confrontação ao eurocentrismo, a exemplo de Cunha Junior (2010) Querino (1918) e Nunes e Santos (2011), que

possibilitam o teor crítico e político para realização de uma leitura mais complexa sobre nossos espaços vividos, resgatando a ancestralidade material e imaterial velada pelo conhecimento eurocentrado.

Não se trata de abandonar as referências tradicionais, pois mesmo, sem intenção de valorização da cultura de matriz africana, tais referências, pela realidade histórica, são condicionadas a falar sobre a presença negra no espaço. Entretanto, para superar a ideia de africanas/os e afrodescendentes como subalternas/os, incivilizadas/os e inferiores culturalmente lançamos mão de produções acadêmicas africanizadas que colocam a negritude na história como protagonista.

A pesquisa de campo foi realizada através dos percursos urbanos, metodologia fundamental à compreensão das espacialidades e das geografias da vida, interligadas a cotidianidade, onde se vislumbra as interações com os objetos geográficos em sua forma-essência, com os valores sociais, energias, ideias e memórias que circulam no espaço. Realizamos os percursos nas ruas centrais da urbe cratense, onde a feira acontecia em meados do século XIX, e posteriormente no seu atual território, nas proximidades do mercado público, as margens do canal do rio Granjeiro. No decorrer dos nossos percursos tivemos como técnicas de coleta de dados, a iconografia, através dos registros fotográficos como instrumento de apreensão da realidade geográfica, importando a decodificação e a crítica sobre a representação.

A feira livre e tradicional é uma herança africana no Crato, em sua configuração enquanto prática cultural e econômica e na especialização do trabalho necessário a produção dos artefatos comercializados. Desse modo a feira se apresenta como espaço educativo por excelência em relação ao conhecimento e reconhecimento das africanidades. A análise geográfica da feira leva a consciência espacial, o que não ocorre desvinculado da dimensão étnico-racial. A Lei. 10639/03, em especial no ensino de geografia tem no espaço da feira terreno de efetivação, ação de enfrentamento do racismo, de valorização da diversidade cultural, de alcance da identidade afrodescendente e de conhecimento/reconhecimento da história e cultura africana e afrodescendente.

A espacialidade negra no Crato

A compreensão do processo de formação do espaço geográfico cratense depende do estudo das relações étnico-raciais, tendo em vista os grupos sociais preponderantes para a espacialização de conhecimentos que permitiu a constituição de um patrimônio cultural material e imaterial. Embora o nosso enfoque epistêmico e político seja a visibilidade da cultura de matriz africana, é

imprescindível narrativas que tragam à tona a presença indígena local, como meio de confrontar historiografias eurocêntricas e racistas.

O Crato, enquanto espaço urbano surge em 1740, às margens do Rio Granjeiro por meio do aldeamento Missão do Miranda. Os índios Cariris, povoadores iniciais de todo o vale caririense foram aldeados, segundo Gurgel (2012) no mesmo lugar onde está sedimentada a Igreja e a Praça da Sé. O primeiro templo, dedicado a Nossa Senhora, foi erguido em taipa, assim, como outras habitações do aldeamento. A existência de construções em taipa, já nessa data, é um caminho para pensarmos a presença negra local, haja vista que tal técnica construtiva, de acordo com Cunha Junior (2010) é de origem africana, transplantada para o Brasil com o escravismo criminoso.

A presença de artefatos culturais de matriz africana no Brasil e em específico no Crato, pertencente à região do Cariri cearense, nos remete a repensar o significado da colonização como uma ação europeia. Aqui, nos fundamentamos no pensamento de Querino (1918) para quem a transferência de conhecimento africano por meio da especialidade do trabalho permitiu a formação social brasileira. Nesse contexto, africanas/os e afrodescendentes foram as/os reais colonizadores e se não há compreensão dessa questão como um fato é pela falta de consciência histórica de África e suas produções culturais.

Oliveira (1979) nos conta que a conquista do Ceará por Portugal se deu através da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Em relação à ocupação do interior cearense, Farias Filho (2007) enfatiza que tal processo foi marcado por conflitos entre os dominadores e a população indígena que habitava a região. O autor sinaliza ainda sobre a importância da pecuária para a transformação do espaço, sobretudo do sertão dos Inhamuns.

Sobre a pecuária do gado no Ceará é necessário o trabalho de Cunha Junior (2011, p. 118), para quem o ciclo econômico do gado, então preponderante para o desenvolvimento local, deve ser entendido em todo seu processo produtivo, superando a ideia errônea de uma menor intensidade de escravizadas/os, o que repercutiu na concepção eurocêntrica de que no Ceará não há negras/os. O fato é que existe uma complexidade na cultura do gado "[...] o boi, os trabalhos em couro e a curtume foram transportados da África do Norte e Ocidental para o Brasil e Portugal [...]". Para além do quantitativo das/os escravizadas/os, nos importa açambarcar suas histórias e culturas aqui materializadas.

A ocupação do Cariri cearense se deu entre 1660 e 1680 (BRÍGIDO, 2007), e para tanto foi preciso o exercício do trabalho escravizado, sobretudo de africanas/os. Para Oliveira (1979) as/os escravizadas/os africanas/os adentram de modo mais enfático o Cariri com o estabelecimento, no atual município de Missão Velha, das Minas de São José dos Cariris Novos em 1756, que foi extinta

em 1758. Irff (2016) nos diz que segundo o governo do Ceará em 1750, a constituição das minas do Cariri dependeria da introdução de novas/os escravizadas/os, destinadas/os especificamente à atividade mineradora. E assim, foi trazido para o Cariri escravizadas/os provenientes da Angola, Benguela, da Costa e também Crioulos.

Embora a mineração não tenha alçado resultados duradouros, a entrada forçada de africanas/os parte da consciência europeia da especialidade do trabalho dessa população. Paiva (2002, p. 187) enfatiza que africanas/os, sobretudo da Costa da Mina, inseridas/os forçadamente no Brasil, eram conhecedoras/es seculares de "técnicas de mineração do ouro e do ferro, além de dominarem antigas técnicas de fundição desses metais". Oliveira (1979), ainda sobre as Minas de São José dos Cariris Novos, nos conta que após a dissolução da mesma não se teve notícia do destino das/os escravizadas/os.

A negação da presença negra nos lugares e/ou a incógnita acerca de suas ações, é uma manipulação ideológica eurocêntrica, que busca impedir a criticidade em torno da geo-história dos nossos espaços vividos e a consciência do protagonismo negro. Como contraposição a esse ideário Oliveira e Abreu (2010) afirmam que findada a atividade mineradora, a mão de obra escravizada foi utilizada na agropecuária e no comércio, propiciando o desenvolvimento urbano.

De acordo com Cunha Junior (2010) durante o período colonial e imperial, o crescimento dos lugares se deu atrelado ao trabalho cativo, considerando as especialidades de saberes e técnicas, no campo e na cidade, a exemplo da arquitetura, da pecuária, da agricultura e da tecelagem. Assim, no contexto caririense Nunes e Cunha Junior (2011) discorrem sobre o protagonismo negro na formação do patrimônio cultural, a exemplo da elaboração arquitetônica das cidades, do cultivo da cana-de-açúcar, da constituição dos territórios quilombolas e da existência das confrarias religiosas.

É importante compreendermos que falar de Crato, ainda que territorialmente, é falar de Cariri, haja vista que muitos dos municípios caririenses pertenciam ao Crato. Segundo Gurgel (2013) os territórios dos atuais municípios de Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Santana do Cariri, Milagres, Juazeiro do Norte e Barbalha e o próprio Crato constituíam o chamado Brejo Grande, mais tarde Vila Real do Crato.

O Crato ganha a configuração de Vila em 1764, processo acompanhado da dissolução do aldeamento indígena. As transformações urbanas até a primeira metade do Século XIX foram pouco significantes, em razão do condicionamento do meio urbano ao meio rural, neste havia uma maior complexidade das relações sociais, ficando a cidade com o aspecto administrativo, político e religioso. A época vigorava a produção de rapadura e aguardente como principal atividade econômica (FARIAS FILHO, 2007).

Atentamos ao fato de que a cultura da cana-de-açúcar foi desenvolvida na África antes do período afro diaspórico. Assim, as produções internas e externas dos engenhos eram especialidades das/os escravizadas/os (CUNHA JUNIOR, 2015). Nesse contexto, a agroindústria canavieira no Cariri é mais um caminho para apreender a espacialidade negra local. Na segunda metade do século XIX o Crato passa por transformações significantes no seu espaço urbano, sobretudo, em decorrência da expansão comercial, onde encontramos a venda de produtos rurais para os sertões áridos, também comercializados na feira livre, enchendo as ruas centrais com variados produtos (FARIAS FILHO, 2007).

Fundamentados na concepção de que africanas/os afrodescendentes foram preponderantes para a formação sociocultural e para o crescimento econômico do Cariri cearense, propiciando a existência das africanidades caririenses (NUNES; CUNHA JUNIOR, 2011), nos importa apreender as africanidades cratenses, especificamente, aquelas que materializam a feira livre e tradicional citadina no espaço-tempo da segunda metade do século XIX e no espaço-tempo presente.

Para Weimer (2008) as atividades ao ar livre são inerentes aos modos de vida da população africana, como algo transcendente. Segundo Oliveira (2013) a feira livre é uma atividade econômica e cultural desenvolvida na África, marcada por uma variedade de técnicas, das quais decorriam os produtos postos à venda, como as produções agropecuárias, de barro, de palha e de couro. A feira livre foi transplantada para o Brasil com o escravismo criminoso e considerando a reelaboração cultural se torna um espaço carregado de africanidades, cuja análise repercute na compreensão do protagonismo negro, nos artefatos materiais e imateriais da cultura negra.

Em suas memórias, diante da vida urbana na segunda metade do século XIX, Menezes (1960), nos conta que a feira livre ocorria durante as segundas-feiras e dinamizava veemente o espaço, ocorrendo nos antigos logradouros, Rua Fundo da Maca (atual Almirante Alexandrino), Rua Grande (atual Dr. João Pessoa), Travessa da Califórnia (atual Rua Bárbara de Alencar), Rua Boa Vista (atual Nelson Alencar), Rua da Vala (atual Tristão Gonçalves), Rua do Fogo (atual Senador Pompeu), Rua das Laranjeiras (atual José Carvalho), Rua Formosa (atual Santos Dumont) e Rua da Pedra Lavrada (atual Pedro II). Farias Filho (2007, p. 132) nos fala que na Travessa da Califórnia eram comercializados "[...] miçangas, temperos, utensílios de barro, etc.; na rua Grande, vendiam-se calçados; na rua do Fogo redes de algodão, louças de barro; na rua Formosa malas de couro [...]". (Ver figura 1).

No que se refere às miçangas, Lima (2019) enfatiza que são artefatos de matriz africana, utilizados como símbolo estético e religioso, cuja presença nos espaços nos ajuda a compreender a organização social de africanas/os e a afrodescendência, em especial no Brasil. Souza e Cunha Junior

(2019) nos indica que o cultivo de ervas e temperos constitui uma prática ancestral africana espacializada e reelaborada no território brasileiro com a diáspora africana, cujo uso se configura como manutenção da memória e do pertencimento.

Além dos artefatos mencionados, temos as redes de dormir, fruto da tecelagem africana, assim como panos e roupas. "[...] A tradição da confecção de redes de dormir no nordeste brasileiro permanece até hoje utilizando a forma têxtil de tear vinda da África [...]" (CUNHA JUNIOR, 2010, p.26). Sobre os produtos de barro e de couro, Oliveira (2013) nos diz que é parte da herança cultural africana no Brasil, fruto de especialidades do trabalho, em geral não reconhecida pela historiografia de base eurocêntrica.

Ainda sobre as memórias de Menezes (1960, p. 19) trazemos a feira livre da véspera do Natal de 1887, marcada por uma efervescência social em razão das pessoas que viam dos arredores da cidade, em especial os trabalhadores dos engenhos, os mesmos levavam na cabeça um chapéu de couro. Ao badalar do sino, anunciando a Missa de Natal, o movimento e o barulho da feira diminuíam, e a população se destinava a Praça da Matriz de Nossa Senhora da Penha. "[...] Deixavam de abandonar a feira apenas as pessoas que guardavam os montes de frutas de toda qualidade, as gamelas de massa de buriti, as rumas de rapadura, os tabuleiros [...]".

Segundo Nunes e Cunha Junior (2011) a rapadura é um dos artefatos do legado africano no Cariri cearense. A fabricação e a venda de doces também constitui o cenário ancestral africano existente nas feiras (OLIVEIRA, 2013). Segundo Pedroza (2012) durante o período escravista as mulheres escravizadas do Crato desempenhavam atividades informais que lhe permitiam uma maior mobilidade urbana, a exemplo da venda de doces de tabuleiro.

Figura 1: Antiga feira livre e tradicional do Crato



Fonte: https://www.facebook.com/historiadocrato/

Diante do exposto, compreendemos que através da análise geográfica da feira livre e tradicional do Crato, podemos alcançar parte das africanidades cratenses, abarcando os elementos materiais e

imateriais negros presentes, confrontando a historiografia eurocentrada que tende a negar a presença negra no Ceará e no Cariri e/ou inferiorizar suas produções.

Tendo em vista que a feira se configura num espaço educativo das africanidades e afrodescendências locais (OLIVEIRA, 2013), é relevante que a escola e a academia se apropriem desses locais, enquanto lócus de estudo da cultura de matriz africana no Brasil, considerando ainda tal ação como efetivação da Lei. 10.639/03. No intento de apreender as africanidades da feira no campo da educação formal realizamos uma reflexão acerca do ensino de geografia, cujo objetivo é o alcance da consciência espacial e ser consciente espacialmente passa pelo entendimento das relações étnico-raciais que materializaram o espaço.

Na análise geográfica é preciso ir da aparência a essência, alcançando a imaterialidade na materialidade, o que nos leva a confrontar as representações sociais dos lugares presentes na historiografia eurocêntrica, que em geral, se constitui de concepções racistas no uso do solo urbano e rural, que atuam para negar a presença negra, subalternizá-la e/ou inferiorizar suas produções culturais.

A visibilidade das africanidades cratenses insere a população negra no debate escolar e científico, principalmente quando pensamos a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. O Crato e todo Cariri cearense possui espacializações da ancestralidade negra, por tanto das africanidades. No presente estudo, nos coube à tarefa de estudar a feira livre e tradicional, esta, presente no nosso imaginário social, cujos cheiros, sons e gostos evocam nossas memórias individuais, nos percursos que realizamos diante de sua efervescência social, percursos esses, também traçado por nossos ancestrais.

A feira livre e tradicional como espaço educativo das africanidades

A geografia tem como escopo analisar o espaço geográfico e assim, seu ensino objetiva a consciência espacial. Segundo Santos (2006) o espaço geográfico é um sistema de objetos e um sistema de ações, vistos integralmente e contraditoriamente, o que denota a dinamicidade social. Os objetos geográficos são materializações sociais, que dialeticamente influenciam as práticas econômicas, culturais e sociais em um dado momento histórico.

Santos (2012) nos fala sobre as rugosidades do passado, que são estudadas na geografia no presente. Tais rugosidades são compreendidas como ação social de tempos preexistentes, marcadas pela materialização de técnicas e de modos de produção, que hoje se apresentam como paisagem a ser descortinada, através da relação sujeito-objeto, baseada numa análise crítica.

Nesse sentido, entendemos a feira livre e tradicional do Crato como uma rugosidade do passado, decorrente de ações sociais de africanas/os e afrodescendentes, na produção dos artefatos, na venda e compra dos produtos, dentro de uma dimensão cultural de matriz africana, onde se inclui as especificidades do trabalho, o saber e o fazer necessário à espacialização da atividade. A feira propicia ações cotidianas de efervescência social, considerando não apenas a população local, mas frequentadores de outros lugares como Pernambuco e Paraíba.

A feira se torna espaço circular de vida, de sociabilidade, de economia, de pertencimento, de territorialidade e de significação cultural. O espaço da feira materializa a imaterialidade social, o que não pode ser abarcado pelo olhar superficial. Uma análise sensível e crítica é o que nos leva a conhecer as africanidades presentes e o protagonismo social negro que as constitui.

A Geografia deve fazer a articulação entre forma-essência dos objetos espaciais. Isso significa apreender a materialidade e as relações sociais que a produziu (MOREIRA, 2009). Atentamos ao fato, de que não há uma análise profunda do espaço desconsiderando a dimensão étnico-racial, em especial, acerca da população negra, sobretudo quando pensamos o Brasil e a influência do conhecimento africano e afrodescendente.

Se o ensino de geografia não trata essa questão com relevância, não alcançará o seu objetivo que é de promover a consciência espacial. Para Callai (2000) a consciência espacial é o saber pensar geográfico, que se dá através dos conteúdos, tendo em vista a relação dialógica entre o senso comum, o conhecimento historicamente produzido pela humanidade e outros saberes, como a/o da/o professora/or. Segundo Souza (2016) o ensino de geografia ainda não incorporou a temática étnico-racial aos seus conteúdos, pelo menos de um modo realmente crítico, pelo qual se apreende as africanidades, e reconhecemos a relevância da população negra para a formação social do Brasil. Para tanto professoras/es devem aceitar o desafio da luta antirracista, tendo em vista a realidade social dinâmica, marcada pela exclusão racial que incide sobre a escola e propaga práticas racistas, influenciando as representações sociais e cotidianas das/os estudantes. Nesse contexto, professoras/es de geografia têm uma maior responsabilidade, "[...] pois em sua formação se deparam com a realidade social em escala global e local, com as expressões, a subjetividade e cultura da sociedade, jogos de poder e o exercício da chamada cidadania [...]" (SOUZA, 2016,p.15).

Para que o ensino de geografia possibilite a consciência espacial é preciso que a escola valorize as práticas sociais e cotidianas das/os educandas/os (GIRÃO; LIMA, 2013), os saberes que elas/eles já possuem e que serão confrontados com o saber sistematizado escolar.

Quando pensamos tal víeis e a efetivação da Lei 10.639/03, vislumbramos a necessidade dos conhecimentos de alunas/os negras/os para o redimensionamento do ensino-aprendizagem. As

práticas culturais cotidianas, carregadas de uma historicidade ancestral, de memória individual e social sistematiza a dinâmica dos conteúdos geográficos, considerando as especificidades de cada saber-fazer e as problemáticas que delas decorrem.

Entendemos que no exercício de uma educação antirracista a/o professora/or de geografia deve valorizar o saber ancestral que a aluno possui, bem como lançar mão de metodologias que promovam a valorização da diversidade cultural e o alcance identitário afrodescendente. As/os estudantes, sejam nos espaços acadêmicos ou escolares, têm o direito de conhecer verdadeiramente seu espaço vivido, enquanto consciência espacial e cidadã. Através da apreensão do espaço geográfico conseguimos estudar a cultura e história africana enquanto matriz cultural e histórica afrodescendente.

Para que a/o professora/or tenha um olhar sensível acerca das práticas sociais das alunas/os negras/os e da sistematicidade da Lei 10.339/03 no ambiente escolar, é preciso uma base teórica efetiva na formação inicial e continuada (NUNES; SANTOS, 2011), o que propiciará novas estratégias para romper com os modelos de ensino eurocentrados. As estratégias devem ser de como ensinar as geografias da vida, tendo em vista as relações sociais que coexistem no espaço simbolicamente representado nas produções culturais que marcam o lugar e a história humana.

Para tanto, nos cabe açambarcar a forma-essência dos lugares, dos nossos lugares, atentando as ideias, aos símbolos, as memórias sociais que os constitui, como no caso da feira livre e tradicional do Crato e suas africanidades. Para realização do nosso trabalho, adotamos a metodologia dos percursos urbanos, entendidos como uma forma sistemática de olhar a cidade, porém, não alheio ao espaço, mas como parte dele, buscando apreender os objetos historicamente produzidos e as ações presentes. Os percursos urbanos se configuram como a circularidade na cidade, o andar pelas ruas, o açambarcar da cotidianidade e das matrizes culturais. Tal metodologia, associada a um embasamento teórico relevante nos possibilita um olhar sensível e crítico sobre a realidade estudada, apreendendo as africanidades em sua dimensão material e imaterial.

Realizamos percursos urbanos no espaço urbano no Crato, especificamente na porção central citadina, relacionando a feira de ontem com a feira de hoje. No século XIX a feira era símbolo cultural de suma importância para o desenvolvimento local. Durante as segundas-feiras as ruas centrais eram tomadas pelos feirantes, e uma variedade de produtos, resultantes de uma especialização do trabalho de africanas/os e seus descendentes eram postos à venda.

Entretanto ao longo do tempo a feira vem perdendo seu espaço. Atualmente se realiza as margens do canal do rio Granjeiro, nas proximidades do mercado público Walter Peixoto, abrangendo partes

da Avenida José Alves de Figueiredo, Rua Zacarias Gonçalves e Rua Madre Ana Couto. (Ver Figura 2).

Figura 2: Feira livre e tradicional do Crato atual



Fonte: Acervo pessoal

É possível vislumbrar ao longo do percurso da feira, uma variedade de produtos, como malas de madeira artesanal, sandálias de couro, roupas e acessórios, redes de dormir, foices, facas e facões, estilingues, doces de fruta e rapaduras, mel, chapéu de couro, utensílios de barro, plantas, arroz, farinha, queijo, feijão e milho. Entendemos o interior do mercado como uma extensão da feira, haja vista, que em parte do mesmo, são dispostas bancas, onde se vendem rapadura e batida, mel, doces, amendoins, ervas e condimentos, fubá, vassouras, cestas e balaios de palha, manteiga da terra, frutas, verduras etc.

Figura 3: Produtos da feira



Fonte: Acervo pessoal

Atentamos ao fato de a feira ter perdido ainda mais seu espaço, no ano de 2020, quando a Prefeitura Municipal inicia um processo de reconfiguração urbana, marcada pela padronização das barracas, a transformação de algumas barracas em boxes e a inserção de parte das vendedoras/es para o interior do mercado. Compreendemos que o fator econômico é o que propicia tal intervenção

urbana, tendo em vista a quantidade de permissionários e o valor arrecadado. Inserem-se nessa lógica as ideias de modernidade, que tendem a transformar os espaços construídos, muitas vezes, em desencontro a valorização da memória individual e social, nesse caso, ligada as africanidades locais.

Essa nova configuração urbana favorece a diminuição da efervescência social ao ar livre, enquanto marca ancestral e aumenta a mobilidade de automóveis, o que nos leva a problematizar o direito a cidade, em seus aspectos econômicos e culturais. Entretanto, mesmo diante dessas transformações, a feira ainda é espaço educativo das africanidades locais.

A essência ancestral permanece viva nos cheiros, nos sabores, na corporeidade, na afetividade, na imaterialidade social dos produtos que são vendidos e comprados. É preciso que a gestão pública tenha um olhar sensível acerca da valorização cultural da feira, como espaço educativo para as africanidades cratenses em razão do protagonismo social de africanas/os e afrodescendentes para as transformações espaciais urbanas e rurais citadinas.

É necessário que o ensino de geografia, seja no meio acadêmico ou escolar, abarque os saberes e fazeres da população negra através da cultura ancestral que se materializa no espaço, como no caso da feira. Através da metodologia dos percursos urbanos é possível trabalhar uma variedade de concepções geográficas, como lugar, paisagem e território e as relações sociais que lhe são inerentes. O conhecimento a ser construído dependerá da finalidade da aula, dos objetivos que a/o docente deseja que suas/seus estudantes alcancem, tendo como fio condutor as africanidades. Tal ação efetiva a Lei. 10639/03 e propicia a consciência espacial, corroborando para o enfrentamento do racismo, para construção da identidade afrodescendente e para o conhecimento/reconhecimento da história e cultura de matriz africana e sua afrodescendência.

Considerações finais

O espaço geográfico é a materialidade das dinâmicas sociais. Cada momento histórico é representado pela interação de ações e objetos geográficos que se apresentam de forma singular no lugar. A análise do lugar permite a consciência espacial, umas das finalidades do ensino de geografia. Entretanto, não existe uma análise realmente geográfica se não considerarmos a dimensão étnico-racial na produção espacial.

O conhecimento da forma e da essência de cada lugar parte da problematização do grupo étnico-racial responsável por sua formação, o que abre caminho para a inserção das africanidades no ambiente de educação formal, sobretudo, quando refletirmos sobre a normativa federal da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira.

O racismo no Brasil é estrutural. Sua desestruturação permitirá a equidade social, pela qual, pessoas negras terão as mesmas oportunidades de ascensão social das pessoas brancas. O sistema de educação formal ambienta o racismo, mas, em razão da educação como ato político, pode agir como um agente transformador da realidade. Nesse contexto, a geografia tem papel fundamental, haja vista, que ser consciente espacialmente é também intervir diante das problemáticas sociais no intuito de resolvê-las.

Nessa empreitada, importa o alcance das africanidades, como meio de compreensão do lugar, de conhecimento dos artefatos materiais e imateriais de matriz africana, enquanto caminho para sistematicidade da Lei 10.639/03. Uma das vertentes que podemos utilizar para o açambarcar das africanidades, são os percursos urbanos, esta metodologia sistematiza nosso olhar ao andar pelos espaços da cidade, mas nos torna inerentes ao espaço da pesquisa, o que permite uma relação afetiva na condição de sujeitos-objetos e sujeitos-comunidade.

Nesse contexto, realizamos nossos percursos urbanos na cidade do Crato-CE, especificamente no território da feira livre e tradicional da urbe, espaço educativo das africanidades locais. As práticas culturais da população negra no espaço geográfico brasileiro permitem a formulação do patrimônio cultural negro. Os artefatos materiais e imateriais que marca um momento da trajetória africana no Brasil são reelaborados nas feiras, dinamizados pelas ações dos sujeitos-objetos.

A feira é uma atividade cultural de matriz africana, é marca da vida que celebra não só a dimensão econômica, social e cultural, mas um espaço sagrado permeado por energias ancestrais. Sentir a feira através da dimensão étnico-racial permite um olhar sensível acerca das práticas culturais da população africana e afrodescendente efetivando a Lei 10.639/03, enquanto ação de enfrentamento do racismo, de valorização da diversidade cultural e de alcance da identidade afrodescendente.

Referências

BRÍGIDO, João. *Apontamentos para a história do Cariri.* Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

CALLAI, Helena Copettti. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In*: CASTROGIOANNI, Antonio. (Org.). *Ensino de geografia*: práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 83-134.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Afrodescendência e Africanidades: um dentre os diversos enfoques possíveis sobre a população negra no Brasil. Interfaces de Saberes *(FAFICA. Online)*. v. 1, p. 14-24, 2013.

CUNHA JUNIOR, Henrique. *Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso*. Revista Espaço Acadêmico, v. 14, n.166, p.104-111, março. 2015.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Cultura afrocearense. *In*: *Artefatos da cultura negra no Ceará.* CUNHA JUNIOR *et al* .(Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 102-132.

CUNHA JUNIOR, Henrique. *Tecnologia africana na formação brasileira.* Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

FARIAS FILHO, W. A. *Crato:* Evolução Urbana e Arquitetura 1740- 1960. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

GIRÃO, Osvaldo; LIMA, Surama Ramos. O ensino de Geografia versus leitura de imagens: resgate e valorização da disciplina pela "alfabetização do olhar". *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, n.2 p. 88-106, maio./ago. 2013.

GURGEL, Ana Paula C. *Entre serras e sertões:* a(s) (trans)formação(ões) de centralidade(s) na Região Metropolitana do Cariri/CE. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

GURGEL, Ana Paula Campos. TRÊS CIDADES, UMA REGIÃO METROPOLITANA E SEUS CENTROS: configuração urbana e dinâmica de centralidades do Crajubar. *CEOBSERVATORIUM*: Revista *Eletrônica de Geografia*, v.5, n.14, p. 78-102, out. 2013.

IRFF, Ana Sara R.P.C. Cabras, caboclos, negros e mulatos: escravidão e núcleos familiares no Cariri cearense (1850-1884). *Afro-Ásia*, n. 53, p.9-44, 2016.

LIMA, Alessandro Luís Lopes de. *Uma arqueologia dos territórios negros*: contas e miçangas no triângulo histórico de São Paulo: (sécs. XIX-XX). 2019. 243 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia-Universidade de São Paulo, São Paulo. 2019.

MENEZES, Paulo Epídio. *O Crato do meu tempo*. Disponível em: < https://ufdc.ufl.edu/AA00000260/00001> . Acesso em: 30 nov. 2021.

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

NUNES, Cicera; CUNHA JUNIOR, Henrique. Os Congos de Milagres: a escola e o ensino da cultura de base africana no Cariri cearense. *In*: *Artefatos da cultura negra no Ceará*. CUNHA JUNIOR *et al* .(Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 41-45.

NUNES, Cicera; SANTOS, Risomar Alves. A formação de professores e a inclusão da Lei nº 10.639/2003 nas práticas educativas no cariri cearense. *In*: *Artefatos da cultura negra no Ceará*. CUNHA JUNIOR *et al* .(Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 56-72.

OLIVEIRA, Alexsandra Flávia Bezerra de. *Feira Livre de Bodocó:* memórias, africanidades e educação. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira-Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2013.

OLIVEIRA, João César Abreu; ABREU, Roberto Cruz. Resgatando a história de uma cidade média: Crato capital da cultura. *Revista Historiar*, ano 2, n. 1, p. 244-262, 2010.

OLIVEIRA, Pedro Alberto de. As origens da escravidão do Ceará. *Rev. Inst. do Ceará,* Fortaleza, n. 99, p. 325-338, jan/dez. 1979.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros*:* mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. *In*: PAIVA, Eduardo França.; ANASTASIA, Carla Maria Junho. (Orgs.) *O trabalho mestiço*: maneiras de pensar e formas de viver séculos XVI ao XIX. São Paulo: Annablume, 2002, p. 187-207.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. Estratégias de vida: histórias de mulheres escravas na cidade do Crato (Ceará) na segunda metade do século XIX. In: Encontro Estadual de História., 2012**,** Caicó, RN. *Anais* eletrônicos... V ANPUH. Disponível em: <%20vida%20historias%20de%20mulheres%20escravas%20na%20cidade%20do%20Crato>. Acesso em: 11 nov. 2020.

QUERINO, Manuel. *O colono preto como fator da civilização Brasileira*. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20815/13416>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. São Paulo: USP, 2012.
SOUZA, Lorena Francisco de. As relações etnicorraciais na geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos. Revista *produção acadêmica*, v. 2, n. 2. p. 04-19, dez . 2016.
SOUZA, Márcia Aparecida de.; CUNHA JUNIOR, Henrique. Festança de família negra tradicional do interior do Rio de Janeiro: memória, história e patrimônio cultural da população negra. *In*: *Afro patrimônio cultural*. SANTOS, Marlene Pereira dos.; CUNHA JUNIOR, Henrique. (Orgs.). Fortaleza: Via Dourada, 2019. p. 232-265.
WEIMER, Günter. *Interrelações arquitetônicas Brasil África*. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul 28 de maio de 2008. Disponível em: <https://www.ihgrgs.org.br/artigos/membros/G%C3%BCnter%20Weimer%20-%20Inter-rela%C3%A7oes%20Arquitetonicas%20Brasil-Africa.pdf> . Acesso em: 4 jan. 2021.